



20 DE JUNHO DE 2011

Segunda - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **INFORMATIVO NOTÍCIAS SEMANAIS 23/2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **PEQUENAS REFORMAS TRARIAM EFICIÊNCIA, DIZ ECONOMISTA**
- **GOVERNO CORTA PIS E IPI CONTRA A GUERRA FISCAL**
- **ARGENTINA TROCA PORSCHE POR VINHO**
- **DECISÕES DE TRIBUNAL SÃO CONTRÁRIAS À ARBITRAGEM**
- **RENAULT-NISSAN QUER AMPLIAR CONTROLE NA LADA**
- **ARGENTINA COMEMORA INVESTIMENTOS AUTOMOTIVOS**
- **PLANO DA PETROBRÁS É REJEITADO DE NOVO**
- **EMPRESA DE INOVAÇÃO TERÁ CAPITAL PRIVADO, DIZ CNI**
- **SIMPLES NACIONAL - COMISSÃO DEVE ANALISAR NOVAS ADESÕES AMANHÃ,
DIA 21/6**
- **SIMPLES NACIONAL - PAGAMENTO DO DAS VENCE NESTA SEGUNDA, DIA 20/6**
- **REGISTRO DO COMÉRCIO - SENADO APROVA CRIAÇÃO DA FIRMA INDIVIDUAL
LIMITADA**
- **TRIBUNAL - ACORDO COLETIVO PODE LIMITAR PAGAMENTO DE HORAS DE
DESLOCAMENTO**
- **EMPRESAS PRIORIZAM MAIS MEIO AMBIENTE E TRABALHO DO QUE COMBATE À
CORRUPÇÃO**

- **BALANÇO DOS PISOS SALARIAIS NEGOCIADOS EM 2010**
- **CNI QUER TRANSPARÊNCIA E REGRAS ESTÁVEIS NA PRIVATIZAÇÃO DOS AEROPORTOS**
- **DESEMPREGO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE CAI A NÍVEIS HISTÓRICOS AINDA ESTE ANO**
- **METAS DO GOVERNO PARA ENSINO PROFISSIONAL SÃO TÍMIDAS, AVALIA DEPUTADO**
- **BOSCH SE REÚNE COM METALÚRGICOS GREVISTAS NESTA TARDE**
- **MERCADO PREVÊ INFLAÇÃO MENOR EM 2011 E MAIOR EM 2012**
- **FGV: 36% DAS INDÚSTRIAS INVESTEM PARA ELEVAR PRODUÇÃO**
- **WORLDSTEEL: PRODUÇÃO GLOBAL DE AÇO SOBE 4,2% EM MAIO**

Câmbio Em 20/06/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,594	1,596
Euro	2,282	2,285

Fonte: BACEN

Pequenas reformas trariam eficiência, diz economista

20/06/2011- Gazeta do Povo

Só com **reformas microeconômicas**, atacando pontos importantes, como **tributação e excesso de burocracia**, seria possível melhorar a **competitividade brasileira** num prazo relativamente curto, de um a dois anos, avalia o economista-chefe da LCA Consultores, Bráulio Borges.

"A agenda microeconômica, embora alguns desprezem, tem de ser retomada porque ela pode aumentar rapidamente a eficiência do País. São coisas relativamente fáceis de serem implementadas", afirma.

Para diminuir o custo de exportação de um container, hoje de US\$ 1.790 no Brasil ante US\$ 465 na média de 131 países, por exemplo Borges diz que não é preciso construir novos portos necessariamente, mas melhorar a eficiência dos já existentes e fazer novas concessões. O mesmo raciocínio, diz ele, é válido para o tempo gasto no pagamento de impostos e na aprovação de licenças, por exemplo.

Marcelo Paludetto, gerente comercial da Democrata, fabricante de calçados masculinos de Franca (SP), conta que, no último ano, aumentou em 20% o custo de levar a mercadoria exportada do interior do Estado de São Paulo para o Porto de Santos (SP). "É claro que houve aumento nos preços dos combustíveis nesse período. Mas uma boa parte do reajuste reflete a falta de estrutura do porto, com os caminhões em fila de espera para descarregar a mercadoria."

Outra alta de custo registrada nesse período, de 40%, decorre da movimentação da mercadoria do armazém até o navio. Essa despesa aumentou porque os navios estão esperando mais tempo para atracar no porto.

O executivo pondera que essa elevação de custo de logística representa pouco, cerca de 2% no custo total. Mas, num contexto de câmbio desfavorável à exportação, com o real valorizado, piora a competitividade do produto brasileiro no exterior. "Os 2% de aumento de custo de logística deixam o sapato em dólar 10% mais caro para o consumidor."

Borges observa que, se a logística fosse melhorada, o câmbio certamente seria um problema menor para a indústria, que hoje sofre com a concorrência dos importados.

Governo corta PIS e IPI contra a guerra fiscal

20/06/2011- Gazeta do Povo

O **governo federal** está disposto a **cortar tributos** como o **Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o PIS-Cofins**.

A medida seria adotada para manter no Norte, Nordeste e Centro-Oeste as empresas que foram atraídas para essas regiões do País por causa de generosos cortes no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Essa compensação será necessária após a aprovação da reforma tributária, que pretende acabar com a chamada guerra fiscal.

A concessão de novos incentivos fiscais federais como instrumento de apoio a políticas de desenvolvimento regional foi prometida pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, aos governadores que discutiram com ele a reforma tributária. Essa é uma das moedas de troca para o governo aprovar o que lhe interessa: a redução da alíquota interestadual do ICMS dos atuais 12% ou 7% para 2%.

Hoje, uma mercadoria tributada em 18% que seja produzida em São Paulo e consumida em Pernambuco, por exemplo, paga 7% do ICMS em São Paulo e os restantes 11% em Pernambuco. Com a reforma, os 7% pagos a São Paulo, referentes à alíquota interestadual, serão reduzidos a 2% e o restante da tributação, 16%, ficará no Estado em que a mercadoria for consumida.

No caso dos Estados que têm fábricas, portanto, a mudança não é vantajosa a princípio. Pior ainda se a produção ocorrer em um Estado menos desenvolvido, porque nesse caso a alíquota interestadual atualmente retida por eles é de 12% e esta também cairá para 2%.

Argentina troca Porsche por vinho

20/06/2011- Valor Econômico

Para cada unidade vendida na Argentina do Porsche 911 Carrera, uma máquina de 345 cavalos que vai de zero a 100 km/h em menos de cinco segundos, o empresário Hugo Pulenta terá de exportar mais de duas mil caixas de vinho e dezenas de vidros de azeitona em salmoura. Pulenta é, ao mesmo tempo, dono de uma das adegas mais tradicionais de Mendoza e responsável pela comercialização da marca alemã de luxo no país. Por essa "coincidência", nas palavras dele, o empresário usou o setor vinícola para fechar acordo esdrúxulo com o governo argentino.

Desde o início do ano, quando ficou assustado com a deterioração da balança comercial, o Ministério da Indústria adotou a política do "um por um" nas importações de veículos. Para cada dólar importado, as montadoras precisam exportar outro dólar. Como muitas delas não têm sequer uma fábrica de parafusos na Argentina, precisaram fazer essa compensação em diversos setores - mecanismo aceito pelo governo.

A exigência do Ministério da Indústria é que a exportação seja feita com o mesmo registro fiscal (equivalente ao CNPJ) do importador. Por isso, a Hyundai se comprometeu a exportar US\$ 2 milhões em amendoim, a Kia venderá eletrodomésticos de linha branca e a chinesa Chery mandará romãs argentinas para o exterior. Na maioria das vezes, as montadoras usam a estrutura de negócios de seus distribuidores no país, que atuam em outros segmentos.

O esquema não vale apenas para os carros de luxo, mas importadores também de veículos de médio porte. No caso da Kia, o distribuidor é o grupo chileno Sigdo Koppers, dono de uma indústria de fogões, geladeiras e lavadora de roupas em Rosário, a terceira maior cidade da Argentina. Por isso, compensará parte das importações da marca coreana com esses produtos.

A Hyundai, também coreana, fez um dos acordos mais amplos no setor. Prometeu inverter o déficit de US\$ 91 milhões em sua balança comercial, em 2010, para um superávit de US\$ 55 milhões, em 2012. Para isso, planeja exportar US\$ 100 milhões

em biodiesel, US\$ 50 milhões em farelo de soja, US\$ 5 milhões em vinhos e US\$ 2 milhões em amendoim. Só assim pode desbloquear o comércio.

Em janeiro, o governo comunicou à indústria automotiva que sua intenção era reduzir em 20% as importações. "O fato é que precisaremos exportar mais", disse Pulenta, prevendo vendas a 18 países. Nos primeiros meses do ano, segundo ele, as importações da Porsche foram freadas pelo governo. A empresa só conseguiu destravá-las após o acordo, com duração até março de 2012, no valor de US\$ 9,5 milhões. Isso deve ser suficiente para a venda de 160 carros. O 911 Carrera, por exemplo, vale entre US\$ 160 mil e US\$ 220 mil. Com a solução, pelo menos de forma provisória, a marca alemã poderá continuar com seus planos e abrirá seu terceiro "show room" da Argentina nos próximos dias (em Córdoba) e o quarto até o fim deste ano (em Mendoza).

Uma alternativa dada pelo governo, em vez das exportações, é o "aporte irrevogável" de investimentos produtivos. A italiana Alfa Romeo fez essa opção. Para importar 600 unidades dos modelos de luxo Mitto e Giulietta, cujos preços vão de € 23,9 mil a € 42 mil, a empresa se comprometeu a investir US\$ 7,5 milhões em uma miniusina de biodiesel na Província de Buenos Aires. "Vamos produzir 18 mil toneladas por ano de biodiesel de soja", contou a representante da Alfa Romeo na Argentina, Carolina Belcastro. "Obviamente não é fácil, para a montadora, dedicar-se a um negócio que não é o seu."

Pelo menos outras sete marcas famosas de carros de luxo, no entanto, não conseguiram entrar em acordo com o Ministério da Indústria e praticamente suspenderam suas importações: Volvo, Subaru, Rolls Royce, BMW, Land Rover, Jaguar e Mitsubishi. Nenhuma delas se apresenta no Salão do Automóvel de Buenos Aires, que vai até o dia 26. Todas estiveram na edição anterior, em 2007, mas desta vez informaram aos organizadores que não valeria a pena. A alegação foi consensual: o aluguel dos estandes (mais os gastos com material de divulgação e a estonteante mão de obra feminina) custa até US\$ 500 mil em dez dias, e seria um desperdício se depois os clientes não podem encontrar esses carros nas concessionárias do país.

Decisões de tribunal são contrárias à arbitragem

20/06/2011- Valor Econômico

Os conflitos trabalhistas individuais levados à arbitragem ainda correm risco de serem anulados, caso sejam contestados na Justiça. Dos 28 casos julgados no Tribunal Superior do Trabalho (TST), entre dezembro de 2008 e março de 2011, apenas dois tiveram as sentenças arbitrais mantidas. O levantamento foi realizado pelo L O Baptista Advogados, a pedido do **Valor**.

De acordo com o estudo, o TST tem decidido cancelar tanto as cláusulas de arbitragem firmadas por empresas no contrato de trabalho quanto uma eventual sentença proferida. "A Corte continua conservadora, mas a discussão vem se sofisticando e ainda há pontos a serem esclarecidos", afirma a advogada Adriana Braghetta que coordenou a pesquisa.

A controvérsia se dá porque a Lei de Arbitragem, nº 9.307, de 1996, prevê que esse meio alternativo só pode ser usado para direitos patrimoniais disponíveis. A maioria das decisões judiciais tem o entendimento de que os direitos dos trabalhadores seriam indisponíveis e, portanto, não sujeitos à arbitragem. A justificativa é que haveria um desequilíbrio entre as partes na relação de trabalho. Por isso, o trabalhador

necessitaria da tutela da Justiça por estar em uma posição econômico-financeira menos favorecida. Para os conflitos coletivos entre sindicatos dos trabalhadores e das empresas, a Constituição Federal autoriza expressamente o uso da arbitragem.

Apesar da desigualdade nas relações entre empregado e empregador, a advogada Adriana Braghetta acredita que a Justiça poderá começar a aceitar as cláusulas que oferecem como opção o uso da arbitragem pelo empregado. "Se após o término do contrato de trabalho, um alto executivo, por exemplo, puder escolher livremente pela arbitragem esse desequilíbrio de forças não existe mais", afirma.

Essa alternativa, segundo a advogada, com uma eventual evolução da jurisprudência, poderia assumir um papel decisivo para a resolução dos conflitos trabalhistas individuais. "Seria um meio de desafogar a grande demanda judiciária e de trazer solução para o caso com mais rapidez".

Ainda que não sejam aceitas na maioria das vezes pela Justiça, o Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (Conima) aponta que já foram feitas mais de 120 mil arbitragens trabalhistas em ações envolvendo dissídios individuais no Brasil e menos de 1% delas teriam sido contestadas na Justiça. Para a presidente do Conima, Ana Lúcia Pereira, esse dado confirma a eficácia dessas decisões, "pois 99% das arbitragens cumpriram o seu papel de resolver os conflitos e de trazer satisfação às partes envolvidas". Porém, ele não descarta que um posicionamento mais claro do TST sobre sua aplicação após a rescisão do contrato de trabalho permitiria que empresas e empregados a utilizassem mais tranquilamente.

Para o advogado Euclides José Marchi Mendonça, especialista em direito trabalhista e vice-presidente do Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp), a resistência do Judiciário também foi motivada por denúncias de fraudes ocorridas em câmaras consideradas inidôneas. "Em vez de punir os casos pontuais, a Justiça passou a proibir de forma generalizada". Para ele, seria necessária uma maior regulamentação sobre o tema e uma evolução da jurisprudência para que esses procedimentos pudessem ser feitos com segurança.

Apesar de a tendência majoritária do TST pela vedação da arbitragem trabalhista em ações individuais, a 4ª Turma já foi favorável ao seu uso por duas vezes. Um dos casos foi julgado em dezembro de 2010 e outro em junho de 2009. Nos julgamentos, a arbitragem foi mantida porque não havia mais contrato de trabalho.

Na decisão mais recente, o relator, ministro Barros Levenhagen divide a relação de trabalho em dois momentos distintos: durante a vigência do contrato de trabalho e dissolução da relação trabalhista. Ele admite a arbitragem quando a relação de trabalho já tiver sido encerrada. Nesse caso, segundo o ministro, cessaria a hipossuficiência do ex-trabalhador, que não depende mais do ex-empregador. "Desse modo, não se depara, previamente, com nenhum óbice intransponível para que possam eleger a via arbitral, desde que essa opção seja manifestada em clima de ampla liberdade", pondera na decisão.

Renault-Nissan quer ampliar controle na Lada

20/06/2011- Newsletter Automotive

Notícia da Reuters, reproduzida por Automotive News, registra que a Renault-Nissan negocia com a Russian Technologies para adquirir maior participação na AutoVaz, empresa russa detentora da marca Lada. O CEO da Russian Technologies, Sergei

Chemezov, disse a jornalistas durante um fórum econômico, em São Petersburgo, que está disposto a vender 4% de participação até o final do ano.

Rachel Konrad, porta-voz da Renault-Nissan, foi cautelosa ao comentar a notícia, afirmando que as conversações acontecem sob portas fechadas e seria inapropriado fazer comentários.

A aliança Renault-Nissan possui 25% da AutoVaz, deve receber sinal verde do governo russo para ampliar o controle da Lada, que representa 24% das vendas na Rússia.

Argentina comemora investimentos automotivos

20/06/2011- Newsletter Automotive

A indústria automotiva argentina, que se exhibe no La Rural, em Buenos Aires, de 17 a 26 de junho, no 5º Salón Internacional del Automóvil, volta a viver um bom momento, projetando a montagem de 800 mil unidades este ano. A safra de boas notícias, originárias das empresas filiadas à Associação de Fabricantes de Automóveis da Argentina (Adefa), responsável pela organização do Salão, é promissora para a recuperação do parque industrial.

O presidente da Ford, Enrique Alemañy, anunciou a aplicação de US\$ 250 milhões nas instalações de Pacheco, tendo em vista o programa da Nova Ranger, baseado em plataforma global. A Honda colocou em marcha a produção do City, depois de adiar o projeto durante a crise financeira internacional, enquanto a General Motors anunciou aporte de US\$ 150 milhões para aumentar a capacidade da unidade de Rosário em 25%.

Nesse clima de entusiasmo, porém, o presidente da Fiat Argentina, Cristiano Ratazzi, alertou para a crescente inflação no país, que poderia oscilar entre 27% e 30% este ano. O governo, como se esperava, garante que a taxa não passará de 10%.

O ritmo da indústria no país vizinho está diretamente associado às exportações para o Brasil e, portanto, aos emplacamentos de veículos por aqui, que podem estar perdendo o fôlego, como advertiu o presidente da Anfavea, Cledorvino Belini. Ele teme os efeitos das medidas macroprudenciais que começaram ser anunciadas pelo governo em dezembro do ano passado. "A situação começa a nos preocupar", disse o executivo.

Produção

A indústria argentina produziu 311.503 veículos até o final de maio e continua com a determinação de montar 800 mil unidades este ano, contando com a exportação de 60% desse volume para o Brasil. A Argentina lidera o ranking, com 55.373 unidades,

seguida pela PSA Peugeot Citroën (54.189), Volkswagen (44.557), Fiat (44.219), Renault (41.913), Ford (36.233), Toyota (26.871), Mercedes-Benz (6.232), Iveco (1.754). A Honda montou 162 unidades do City até agora.

Nos primeiros cinco meses de 2010 as dez montadoras locais haviam produzido apenas 241.220 unidades, o que sinaliza uma evolução significativa na atividade do parque industrial este ano. Em maio foram produzidos quase 80 mil veículos.

Brasil

Com 318.534 emplacamentos, maio foi o mês com o maior volume de vendas de veículos do ano no Brasil, com expansão de 10,1% sobre abril e de 26,9% em relação ao mesmo período de 2010. No acumulado dos primeiros cinco meses do ano, o avanço foi de 8,8%, para 1,43 milhão de unidades.

Apesar do recorde, a Anfavea explicou que o crescimento das vendas foi impulsionado pela maior quantidade de dias úteis e destacou que o mercado mostra tendência de retração. As vendas diárias de veículos nacionais desaceleraram 6,5% no mês passado, enquanto o emplacamento de importados cresceu 0,8%.

Plano da Petrobrás é rejeitado de novo

20/06/2011- Newsletter Automotiva

Pela segunda vez consecutiva o Conselho de Administração da Petrobrás rejeitou o plano de investimentos da companhia para 2011-2015. Presidido pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, o conselho rechaçou também a proposta da estatal de repassar à empresa privada Sete Brasil os contratos do programa de modernização da frota petroleira.

Antes da reunião do conselho, a estatal havia enviado ao governo, segundo apurou o Estado, proposta de reajuste de combustíveis em torno de 10%. O aumento seria compensado pela Contribuição de Domínio Econômico (Cide), o que evitaria repasse ao consumidor e impacto na inflação, mas levaria também a reduzir a arrecadação do governo. A proposta foi descartada.

Nesta sexta-feira, 17, na reunião realizada em São Paulo, a Petrobrás apresentou ao conselho um programa de investimentos cerca de US\$ 25 bilhões acima do atualmente em vigor, de US\$ 224 bilhões, referentes ao período 2010-2014.

O governo está empenhado em manter inalterado o valor do plano. A Petrobrás, por sua vez, com 681 projetos em pauta, terá de rediscutir o orçamento de um a um para determinar quais deles serão postergados ou reduzidos. Por enquanto, não estão sendo discutidos cortes de projetos.

A transferência da frota para a Sete Brasil não conta com a simpatia do governo. Segundo o Estado apurou, a presidente Dilma Rousseff repudiou a proposta, por enxergar nela um projeto de esvaziamento do Programa de Modernização da Frota (Promef) e da própria Transpetro. O veto da presidente se confirmou na apreciação do

conselho.

Passar a nova frota da Transpetro para a Sete Brasil é uma proposta que não encontra consenso nem mesmo na própria Petrobrás. A estatal tem apenas cerca de 10% de participação na Sete; os demais 90% estão divididos entre os fundos de pensão Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobrás), Valia (Vale) e Funcef (Caixa) e pelos bancos privados Bradesco e Santander.

Caso a proposta fosse aprovada, as 49 embarcações - 41 contratadas e 8 a serem licitadas - planejadas pelo Promef, orçadas em torno de US\$ 5 bilhões, passariam do atual controle estatal para o privado.

Nacional

A Sete é uma holding nacional que controla uma empresa com sede na Áustria, para poder usufruir de incentivos fiscais na importação de máquinas pesadas do setor de petróleo. A empresa planeja abrir capital em alguns anos.

A Petrobrás decidira apresentar o plano estratégico em 13 de maio, quando divulgou o resultado do primeiro trimestre, com lucro recorde de R\$ 10,985 bilhões. Não houve, na ocasião, consenso sobre o orçamento.

A próxima reunião do conselho está marcada para o fim de julho, mas a estatal pode convocar uma extraordinária, caso encontre solução para o impasse.

O fato é que, internamente, a diretoria da Petrobrás diverge das propostas apresentadas ao conselho. No caso da transferência das embarcações para a Sete Brasil, o projeto não chegou ao conselho de modo unânime.

Empresa de inovação terá capital privado, diz CNI

20/06/2011- Agência CNI

São Paulo – O presidente da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#), Robson Braga de Andrade, anunciou nesta sexta-feira, 17 de junho, que a constituição de uma empresa de pesquisa e inovação tecnológica para a indústria, nos moldes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), deverá ter capital privado.

“O investimento não é muito grande, é palatável para o setor. Talvez seja uma empresa criada com capital entre R\$ 40 milhões e R\$ 50 milhões”, afirmou Andrade, ao final da reunião da [Mobilização Empresarial pela Inovação \(MEI\)](#), no escritório da CNI em São Paulo, que teve a presença de cerca de 80 empresários.

Para Robson Braga de Andrade, o setor industrial tem pressa na constituição do novo organismo. “No segundo semestre tem de estar funcionando, porque temos um sentido de urgência muito grande. Essas ações têm de ser imediatas”, enfatizou. De acordo com o ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, que participou da reunião da MEI, a empresa não será criada do nada. “Ela aproveitará os laboratórios e centros de apoio tecnológico do Serviço Nacional de Aprendizagem

Industrial, o SENAI, e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, o IPT, entre outros”, explicou. Lembrou que seu ministério reconhece três centros do SENAI como de excelência, pelo alto desempenho.

A nova empresa, que deverá ser uma parceria entre o governo e o setor privado, terá o objetivo de dar suporte à pequena e média empresa para que tenha a inovação como estratégia de desenvolvimento de negócios. A “Embrapi”, como tem sido chamada (ainda não há nome oficial), direcionará os recursos para inovação. “O importante é que ela tenha a capacidade de fazer gestão de fundos setoriais e privados que estejam interessados no investimento em empresas inovadoras. Esses fundos teriam valores muito mais elevados do que o aporte inicial”, completou o presidente da CNI.

Segundo Robson Braga de Andrade, o governo participaria da empresa para dar diretrizes. “O governo pode participar do planejamento dos investimentos. Podemos ter uma espécie de golden share para o governo, para colocar a visão do Estado em questões fundamentais de política de desenvolvimento e ter a participação da iniciativa privada”, disse. Mercadante antecipou que o a iniciativa privada terá mais participantes na gestão, mas o governo exercerá poder de veto.

O ministro da Ciência e Tecnologia revelou ainda que a empresa de pesquisa e inovação tecnológica da indústria deverá firmar parceria com o Instituto Fraunhofer, da Alemanha, um dos maiores centros tecnológicos do mundo, para atender a demanda de inovação no setor.

A MEI é um programa coordenado pela CNI que tem como principal objetivo duplicar o número de empresas inovadoras no país, que era de pouco mais de 40 mil em 2008, último dado oficial disponível. Desde sua criação, há três anos, a MEI tem realizado interlocução mais rápida e fácil entre empresas e governo.

NACIONALIZAÇÃO - Robson Braga de Andrade apoiou a intenção do governo, expressa pelo ministro da Ciência e Tecnologia, de condicionar eventuais incentivos fiscais para inovação e também para a produção na indústria à nacionalização de conteúdo.

“É uma visão de que, se a União coloca recursos de incentivos, sejam fiscais, tributários ou de crédito, no desenvolvimento de setores produtivos, é preciso que esses setores estejam também comprometidos com a geração de emprego, de renda e de investimentos no país. É um caminho correto e que no mundo inteiro é adotado”, resumiu o presidente da CNI.

Simples Nacional - Comissão deve analisar novas adesões amanhã, dia 21/6

20/06/2011- Notas COAD

Uma das principais reclamações dos empresários brasileiros é a alta carga tributária do país. Para as micro e pequenas empresas, uma das opções para amenizar o problema é a adesão ao Simples Nacional, que permite a redução de impostos e diminui a burocracia da documentação tributária.

No Senado, uma das mudanças mais avaliadas pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) é a adesão de empresas de mais variados setores ao Simples. Nesta terça-feira (21), a partir das 10h, a CAE deve analisar o Projeto de Lei do

Senado (PLS) 642/07, do ex-senador Renato Casagrande (PSB-ES). O projeto prevê a adesão ao Simples Nacional de microempresas e empresas de pequeno porte fabricantes de bebidas não-alcoólicas.

Na justificção do projeto, o autor afirma que a indústria de bebidas não-alcoólicas no Brasil é dominada por grandes multinacionais, que têm bem mais estrutura que as empresas brasileiras. Assim, os pequenos fabricantes pagam proporcionalmente mais impostos do que as grandes empresas, já que seus produtos costumam ser mais baratos. O relator do projeto é o senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Mais adesões

Em discurso na última quarta-feira (15), a senadora Marta Suplicy (PT-SP) ressaltou a importância das micro e pequenas empresas para a economia brasileira, responsáveis por 57% da geração de empregos formais no país. A senadora, 1ª vice-presidente do Senado, defendeu que a Casa aprove melhorias no Simples Nacional, conforme o PLS 467/08 - Complementar, que consta da pauta de votções do Plenário.

O projeto, da ex-senadora Ideli Salvatti (PT-SC), amplia o leque de atividades empresariais que podem optar pelo Simples, incluindo mais 13 áreas na atual legislação, como psicologia, advocacia, publicidade e arquitetura e engenharia.

Em visita ao Senado no último dia 9, o presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Galeno Amorim, discutiu com o presidente do Senado, José Sarney, a inclusão também de pequenas livrarias e editoras no regime do Simples. Segundo Galeno Amorim, Sarney se comprometeu a apresentar um projeto propondo a mudança.

Empresas de comunicação

A abrangência do Simples pode ser ainda mais ampliada para alcançar micro e pequenas empresas de comunicação. Essa é a intenção do PLS 344/11, apresentado ao Plenário nesta quinta-feira (16) pelo senador Paulo Bauer (PSDB-SC).

O texto inclui no sistema de tributação as agências de notícias, jornais impressos e digitais, assessorias de imprensa, gráficas, emissoras de rádio AM, FM ou que operem pela internet e emissoras de TV de canal aberto ou fechado.

- Imprensa livre é aquela que se preocupa em gerar notícias e não com o pagamento excessivo de impostos - disse o parlamentar.

Para o senador, é preciso diminuir o custo da mídia por meio da redução tributária para assegurar a manutenção de "um setor importante da economia", que emprega milhares de profissionais em todas as regiões do Brasil. Bauer também entende que, com menos impostos, é possível ampliar cada vez mais o acesso do público aos meios de comunicação.

O Sistema Integrado de Imposto e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, mais conhecido como Simples Nacional, é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006. O Simples permite o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, de diversos tributos como IPI, ICMS, PIS e Cofins. O sistema, além de desburocratizar a relação das empresas com a Receita Federal, prevê redução e até isenção de impostos.

Fonte: Agência Senado.

Simples Nacional - Pagamento do DAS vence nesta segunda, dia 20/6

20/06/2011- Notas COAD

As microempresas e empresas de pequeno porte que optaram pelo pagamento unificado de impostos e contribuições devem recolher nesta segunda-feira, dia 20 de junho, os valores devidos ao Simples Nacional, apurados sobre a receita bruta do mês de maio/2011.

O DAS para recolhimento do valor devido será gerado por meio de aplicativo específico disponível na internet.

Registro do Comércio - Senado aprova criação da firma individual limitada

20/06/2011- Notas COAD

Os empreendedores brasileiros terão em breve a possibilidade de abrir negócios individuais com capital mínimo de R\$ 54.500,00 e sem comprometer seus bens pessoais com as dívidas da empresa. É que o Senado aprovou Projeto de Lei da Câmara 18/11, que altera o Código Civil (Lei 10.406/02) para permitir a inclusão, no ordenamento jurídico brasileiro, da constituição de empresa individual de responsabilidade limitada, como nova modalidade de pessoa jurídica de direito privado.

A proposta, de autoria do deputado Marcos Montes (DEM-MG), foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado e recebeu votação definitiva no Plenário da Casa, depois de recurso para que fosse examinada em mais uma instância. O projeto segue agora para sanção da Presidência da República.

Pelas atuais normas do Código Civil, para ter personalidade jurídica de natureza limitada é preciso que duas ou mais pessoas unam capital e formem uma sociedade. Com isso, os sócios conseguem, entre outras coisas, a distinção entre o patrimônio da empresa e seus patrimônios pessoais.

Com a alteração no Código prevista no PLC 18/11, cria-se a possibilidade de constituição de empresas de mesma natureza jurídica, mas sem a exigência do sócio. Assim, empreendedores individuais podem abrir empresas seguindo as mesmas regras das sociedades limitadas, e podendo, também, proteger seu patrimônio pessoal de eventuais riscos.

De acordo com o texto do PLC 18/11, a empresa individual de responsabilidade limitada receberá a expressão "Eireli" após sua denominação social. "Eireli" é justamente a sigla para Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

Para evitar abusos ou desvios de finalidade no uso desta nova personalidade jurídica, o projeto prevê também a limitação de apenas uma empresa individual por pessoa natural, e a exigência de um capital integralizado de, no mínimo, cem vezes o valor do salário mínimo vigente no país. Isso equivaleria atualmente a R\$ 54.500,00.

- Este projeto é da maior importância para o fortalecimento da microempresa no Brasil, para a retirada da informalidade e o crescimento econômico -, comemorou senador Francisco Dornelles (PP-RJ), relator da proposta na CCJ e um de seus principais defensores.

O senador foi elogiado pela colega Ana Amélia (PP-RS), que considerou sua luta pela aprovação do projeto - por meio de um requerimento de urgência apoiado pelas lideranças partidárias - um "trabalho sacerdotal".

A medida também foi elogiada pelo senador Wellington Dias (PT-PI), que pediu a rápida sanção da proposta pela presidente da República, Dilma Rousseff, e sua regulamentação pelo Sebrae. Para o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o PLC 18/11 é "a mais importante matéria para a micro e pequena empresa do Brasil desde o advento do estatuto da microempresa e do Simples Nacional". Segundo o senador Walter Pinheiro (PT-BA), o projeto foi um "somatório do que o Senado conseguiu aprovar para permitir que o microempresário saia da informalidade".

Fonte: Agência Senado.

Tribunal - Acordo coletivo pode limitar pagamento de horas de deslocamento

20/06/2011- Notas COAD

Com amparo na jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, a Segunda Turma da Corte reconheceu a validade de cláusula de instrumento coletivo que limitara o pagamento de horas de percurso até o local de prestação de serviço e retorno. De acordo com o relator do recurso de revista, ministro Guilherme Caputo Bastos, o direito ao recebimento das chamadas horas *in itinere* não se enquadra entre os direitos trabalhistas irrenunciáveis.

No caso analisado, a sentença de origem e o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) haviam concedido a ex-empregado da Sabarálcool S/A Açúcar e Álcool diferenças salariais decorrentes do tempo gasto com deslocamento. O TRT verificou que o trabalhador despendia 2h e 15min diariamente para ir e voltar das fazendas em que prestava serviço, e tinha recebido as horas *in itinere* com base apenas em uma hora diária de deslocamento, pois existia acordo coletivo limitando esse pagamento.

Pela negociação firmada entre a empresa e o sindicato da categoria, o pagamento a título de jornada itinerante seria de, no máximo, uma hora diária, independentemente do tempo gasto no transporte, da existência ou não de transporte público regular ou da dificuldade de acesso ao local de serviço. Ocorre que, na avaliação do TRT, a cláusula normativa que limitava o pagamento das horas de percurso era inválida,

porque desrespeitava garantias mínimas dos trabalhadores. Como consequência, o Regional determinou o pagamento das horas de percurso correspondente às 2h e 15min despendidas, de fato, por dia.

Já o ministro Caputo Bastos entendeu válida a cláusula que limitara o pagamento das horas de percurso em transporte até o local de trabalho do empregado. Para o relator, a convenção coletiva tem força obrigatória no âmbito da empresa que a firmou, regendo os contratos individuais de trabalho dos empregados representados pela entidade sindical, como na hipótese em discussão.

O relator esclareceu ainda que o artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal prevê o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho. Desse modo, se as partes acordaram o pagamento de horas *in itinere* de, no máximo, uma hora, é porque houve a abdicação de alguns direitos pelo sindicato em troca da conquista de outros mais relevantes naquele momento. Ou seja, algumas normas podem ser alteradas conforme a realidade e as necessidades das empresas e dos trabalhadores.

O ministro Caputo admite que os acordos coletivos não devem contrariar proteções concedidas aos trabalhadores por meio de lei. Entretanto, ele observou que o recebimento das horas de percurso não está entre os direitos trabalhistas irrenunciáveis que justifiquem a decretação da invalidade da cláusula coletiva que restringe esse pagamento.

Assim, em decisão unânime, a Segunda Turma excluiu da condenação as horas *in itinere*, com ressalva de entendimento do ministro José Roberto Freire Pimenta.

Processo: [RR-394-79.2010.509.0325](#)

FONTE: TST

Empresas priorizam mais meio ambiente e trabalho do que combate à corrupção

20/06/2011- Ethos

As empresas que integram o Pacto Global, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) em prol da responsabilidade social, estão incorporando os princípios relativos à preservação do meio ambiente e aos direitos trabalhistas em um ritmo mais acelerado do que os referentes a direitos humanos e combate à corrupção. É o que aponta a *Pesquisa de Implementação do Pacto Global 2010*, divulgada no dia 7 de junho passado.

Em novembro de 2010, todas as 6.000 empresas participantes do pacto foram convidadas a responder a uma pesquisa *on-line*. O questionário foi preenchido por 1.251 empresas de 103 países – 20% das que integram o compromisso. No Brasil, participaram 48 dos 370 empreendimentos filiados (13% do total).

O objetivo foi fazer um balanço do desempenho das corporações nos dez princípios do Pacto Global, que envolvem direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à

corrupção. O estudo foi conduzido por uma equipe da Escola Wharton, da Universidade da Pensilvânia (EUA).

Dentre as empresas que participaram, cerca de 60% afirmaram atuar em questões ambientais e trabalhistas, percentual bem superior ao apresentado em setores como política de direitos humanos, que teve adesão de 26%. Já com relação a medidas de combate à corrupção, uma minoria das corporações dispõe de planos relacionados à limitação do valor de presentes (38%) e divulgam suas doações políticas (10%).

Outra conclusão do estudo é que as corporações de grande porte tendem a implantar maior quantidade de medidas previstas no pacto. Quase 90% das empresas com mais de 50 mil funcionários, por exemplo, indicaram que incluem princípios dos direitos humanos em seu código global, contra 56% dos pequenos e médios empreendimentos. O mesmo ocorre em relação à instalação de linhas anônimas para denúncias (68% contra 9%) e registro de casos de corrupção (57% e 12%).

O relatório aponta ainda que 65% das empresas levam em consideração se os seus parceiros da cadeia de abastecimento adotam princípios de sustentabilidade e 12% exigem que os fornecedores participem do Pacto Global antes de fazer negócio. Além disso, 79% das empresas declaram fazer esforços para difundir o compromisso entre suas subsidiárias e 28% exigem que as filiais apliquem os princípios e avaliem os progressos.

Segundo Maria Celina Arraes, coordenadora de Planejamento Estratégico do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), os dados coletados no Brasil coincidem com os registrados em nível global. "De maneira geral, as empresas contam com políticas e códigos para respeito aos princípios do Pacto Global, mas ainda existem desafios no campo de implementação", afirma.

Fonte: Ethos

Autor: Pnud/Prima Página

Data: 16/6/2011

<http://www.gestaosindical.com.br/sustentabilidade/materia.asp?idmateria=3667>

Balço dos pisos salariais negociados em 2010

20/06/2011- Dieese

Os dados foram levantados pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, através do Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), que desde 2004 analisa os resultados das negociações coletivas dos pisos salariais.

Neste estudo, serão analisados os pisos salariais registrados nos acordos ou convenções coletivas de trabalho de 660 unidades de negociação dos setores da indústria, comércio, serviços e rural, levando em conta tanto seu valor nominal quanto os reajustes aplicados sobre os valores definidos no ano anterior, 2009.

Crítérios de diferenciação dos pisos salariais

Aproximadamente 31% das unidades de negociação referentes a 2010, analisadas pelo DIEESE, definiram pisos salariais únicos em seus acordos ou convenções coletivas de trabalho. As demais negociações (69,2%) apresentaram mais de um piso por documento. Os critérios de diferenciação mais frequentes para definir os diversos pisos foram: por função (em 47,3% dos documentos analisados), tempo de serviço (20,0%) e dimensão da empresa (10,5%).

A ordem dos critérios de diferenciação dos pisos tem-se mantido inalterada desde 2004, ano do primeiro balanço dos pisos salariais do DIEESE.

Em vista da diversidade de critérios de diferenciação dos pisos, muitos resultando em mais de um valor por contrato coletivo de trabalho, neste estudo serão analisados somente os valores mínimos estabelecidos para trabalhadores que desempenham a atividade-fim das empresas.

Reajustes dos pisos salariais em 2010

No ano passado, quase a totalidade dos pisos salariais analisados pelo SAS-DIEESE foram reajustados em percentuais iguais ou acima da variação do INPC-IBGE. Foram observados aumentos reais em cerca de 94% dos pisos salariais, e reajustes iguais ao índice inflacionário em 2%. Por conseguinte, apenas 4% dos pisos salariais considerados foram reajustados em percentuais inferiores ao INPC-IBGE acumulado desde a última data-base.

Mais da metade dos reajustes dos pisos salariais concentrou-se nas faixas de ganho entre 2% a 6% de aumento real, com especial destaque para a faixa de 3% a 4% acima do INPC-IBGE. No entanto, não pode ser desprezada a incidência de reajustes nas duas primeiras faixas de ganho real, que juntas totalizam 17% dos pisos analisados. Também há de se destacar a elevada ocorrência de reajustes com ganhos reais acima de 8%, que representam cerca de 13% do painel analisado.

Na análise dos reajustes por setor econômico, todos os setores apresentaram ganhos reais em mais de 90% dos pisos salariais considerados. O destaque fica para o setor rural, no qual todos os pisos analisados tiveram aumento acima da inflação. Quanto aos reajustes iguais à variação do INPC-IBGE, o setor de serviços foi o que apresentou a maior concentração – ainda assim, apenas em cerca de 5% dos pisos. Com relação aos reajustes insuficientes para recompor a inflação, a indústria e os serviços apresentaram percentuais muito próximos: 4,5% e 4,2%, respectivamente.

Em 2010, o maior reajuste de piso salarial representou um ganho real de 34,3% acima do INPC-IBGE. O menor, uma perda real de 8,6%. Ambos os reajustes foram observados no setor industrial. Em um quarto das negociações (primeiro quartil), os reajustes conquistados resultaram na incorporação de até 2,2% de aumento real. Quando se considera a metade dos pisos analisados, houve a incorporação de ganhos de até 4%. Quando o corte de análise se dá para três quartos dos documentos, os ganhos chegam a até 5,9%, que traz ainda a desagregação destas informações por setor econômico.

Valores dos pisos salariais em 2010

Os valores dos pisos salariais firmados em 2010 concentram-se nas menores faixas de valores. Quase um terço dos pisos possui valor de até R\$ 550,00, e pouco mais da

metade de até R\$ 600,00. Pisos superiores a R\$ 1.000,00 representam apenas 6% do painel analisado.

O menor valor de piso salarial registrado em 2010 foi de R\$ 510,00 – equivalente, portanto, ao salário mínimo vigente – e o maior chegou a R\$ 2.600,00. Um quarto dos pisos salariais eram menores que R\$ 540,00; metade estava em patamar inferior a R\$ 600,00 e três quartos abaixo de R\$ 706,96. O valor médio dos pisos, em 2010, foi de R\$ 669,16.

Na análise por setor econômico, o maior piso salarial foi observado no setor de serviços, seguido pela indústria, comércio e rural. Quanto aos menores pisos, todos os setores apresentaram o mesmo valor: R\$ 510,00, ou seja, o equivalente a um salário mínimo nacional.

A maior amplitude na distribuição dos valores dos pisos foi observada, portanto, no setor de serviços, e a menor, no setor rural, o que pode ser explicado pelas características de cada setor.

Na indústria, os maiores pisos foram observados nos acordos dos metalúrgicos, urbanitários, construção e mobiliário e trabalhadores em indústrias extrativas – todos com valores iguais ou superiores a R\$ 1.000,00.

No comércio, pisos superiores a R\$ 1.000,00 foram localizados em acordos dos trabalhadores propagandistas e vendedores de produtos farmacêuticos e no comércio de minérios e derivados de petróleo. Em serviços, pisos superiores a esse patamar foram observados nos acordos dos trabalhadores em serviços de saúde, comunicações, transportes, vigilância, bancários e securitários. O maior piso observado em negociações de trabalhadores rurais foi de R\$ 900,08.

As maiores diferenças entre pisos salariais dentro de um mesmo segmento foram constatadas nos acordos dos serviços de saúde, comunicações e metalúrgicos. As menores diferenças foram observadas entre os acordos dos trabalhadores na indústria do vestuário, na educação, comércio atacadista e varejista, agentes autônomos no comércio e turismo hospitalidade.

Pisos salariais segundo as regiões geográficas

Quando comparados segundo a região geográfica, os maiores pisos salariais pertencem aos acordos assinados nas regiões Sudeste e Nordeste – R\$ 2.600,00 e R\$ 2.381,82, respectivamente. Por conta disso, nessas duas regiões também se verifica a maior amplitude entre os pisos. Na região Sudeste, por exemplo, o maior piso equivale a cinco vezes o valor do menor, e no Nordeste, chega a quase cinco vezes. Já na região Norte, o maior piso salarial equivale a apenas duas vezes o menor.

O piso salarial médio nas regiões variou entre R\$ 601,43 (região Norte) e R\$ 701,78 (região Sudeste); e o piso mínimo foi de R\$ 510,00 em todas as regiões. Os pisos de acordos de abrangência nacional ou multirregional – apenas 4 – apresentaram o valor médio de R\$ 1.059,30 e mínimo de R\$ 774,83.

Pisos salariais e formação escolar

Um aspecto importante para a diferenciação dos pisos salariais refere-se à exigência ou não de formação universitária para o desempenho das funções previstas para o

cargo. Dentre os 660 pisos salariais analisados, 639 referiam-se a funções sem exigência de nível universitário e 21 a funções que o exigiam. A menor diferença foi observada entre os menores pisos dos dois grupos – a razão entre os dois foi de 1,09 vezes –; e a maior, entre os pisos do terceiro quartil – razão de 2,43 vezes.

O maior piso salarial do conjunto das funções com nível universitário foi de R\$ 2.600,00. Para as demais funções, R\$ 1.546,00.

Salário Mínimo e Salário Mínimo Necessário

Em 2010, o Salário Mínimo Necessário calculado pelo DIEESE variou entre R\$ 1.987,26 (referente ao mês de janeiro) e R\$ 2.257,52 (referente a março), com valor médio no ano de R\$ 2.110,26. No painel analisado, apenas três pisos superam este valor.

Considerações finais

O balanço dos pisos salariais de 2010 revela um quadro que permite a construção de análises muito distintas, a depender do enfoque escolhido. Por um lado, quando a análise se refere aos reajustes obtidos pelos pisos, o cenário é positivo. Foram observados reajustes com incorporação de aumentos reais em cerca 94% dos pisos considerados, e reajustes em valores equivalentes à inflação passada em aproximadamente 2% do painel – o que totaliza 96% das negociações sem perdas reais nos valores dos pisos.

O cenário é ainda melhor se considerada a magnitude dos aumentos reais. Em 2010, a maior parte dos reajustes (53%) incorporou aos pisos ganhos reais de 2% a 6% acima do INPC-IBGE. Dentre estes, destacam-se os ganhos reais localizados na faixa de 3% a 4% acima do índice – 16% de todos os pisos analisados. Também há de se considerar a quantidade de pisos com aumentos reais superiores a 8%, representando 13% dos reajustes dos pisos salariais no ano.

Este bom desempenho da evolução dos pisos está vinculado, diretamente, ao comportamento da economia brasileira em 2010. Além do crescimento do PIB em 7,5%, a massa salarial continuou expandindo significativamente, impulsionada principalmente pelo aumento do salário mínimo – da ordem de 9,69%, representando um ganho de 6,02% acima do INPC-IBGE acumulado desde o último reajuste – e pelo excepcional crescimento do emprego formal. A este respeito, vale notar que em 2010 o emprego formal apresentou um saldo líquido de 2,8 milhões, o melhor resultado da série histórica da Relação Anual de Informações Sociais (Rais); e a taxa de desemprego total nas regiões metropolitanas, por sua vez, diminuiu de 12,6% da População Economicamente Ativa, em janeiro, para 10,1% em dezembro, significando um decréscimo absoluto de 2,5 pontos percentuais. Além disso, em 2010, as negociações coletivas foram as melhores dos últimos anos, segundo o Balanço das Negociações, sendo que 97% das categorias de trabalhadores conquistaram aumentos iguais ou acima da inflação medida pelo INPC-IBGE.

Além da expansão do consumo das famílias em 7% (impulsionado pelo emprego, pelo crédito e aumento do salário mínimo), outro vetor de crescimento do PIB em 2010 foi

o investimento. Uma parte dos investimentos feitos ao longo do ano deveria ter iniciado antes, mas os projetos foram engavetados com o advento da crise do último trimestre de 2008. No entanto, como o Brasil conseguiu emergir rapidamente da crise, os investimentos que já estavam planejados foram rapidamente viabilizados, permitindo uma elevação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) de 21,8% no ano passado.

No entanto, quando analisados segundo o seu valor nominal, nota-se um quadro menos positivo. Cerca de um terço dos pisos tinham valor menor ou igual a R\$ 550,00 e metade não ultrapassava o valor de R\$ 600,00. Se comparados com o valor médio do Salário Mínimo Necessário do DIEESE em 2010, apenas três pisos salariais tinham valor maior. Se, por um lado, observa-se um quadro positivo de valorização dos pisos salariais via aumentos reais, por outro é notável como ainda são baixos os salários de entrada de boa parte dos trabalhadores brasileiros. Considerando-se que a luta pela redistribuição da renda e justiça social passa pela elevação dos patamares mínimos salariais, continua a ser um desafio dos trabalhadores e de suas entidades representativas manter a luta por melhores salários, em especial dos pisos salariais e do próprio salário mínimo.

Fonte: Dieese

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 15/6/2011

<http://www.gestaosindical.com.br/conjuntura/materia.asp?idmateria=3663>

CNI quer transparência e regras estáveis na privatização dos aeroportos

20/06/2011- CNI

Brasília – O modelo de privatização dos aeroportos deve ter transparência e regras estáveis, de modo a garantir à iniciativa privada a liberdade de decidir a melhor forma de obter retorno dos investimentos. A afirmação foi feita pelo presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI), José de Freitas Mascarenhas, após apresentação ao Conselho, nesta terça-feira, 14.06, pelo presidente da Infraero, Gustavo do Vale, do programa de modernização dos aeroportos.

O presidente da Infraero informou que as participações mínimas da iniciativa privada e da estatal na privatização dos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília, de 51% e 49%, respectivamente, poderão ser ampliadas, no caso das empresas privadas, ou reduzidas, no caso da Infraero, dependendo do volume de investimentos em cada um deles. Anunciou que uma mesma empresa não poderá ter participação majoritária em mais de um aeroporto.

Gustavo do Vale apresentou aos empresários do Conselho de Infraestrutura da CNI o programa de ampliação e reestruturação de 16 aeroportos, nos quais serão investidos R\$ 5,6 bilhões até 2014, e as linhas gerais do processo de privatização de Guarulhos, Viracopos e Brasília, cuja modelagem está em discussão no governo e estará concluída em dezembro.

Segundo o presidente do Conselho de Infraestrutura, o projeto da Infraero tem condições de atrair investidores privados. "O fato de haver planejamento, com prazos e obras definidas, dá estabilidade e atrai o interesse dos empresários em investir no

setor”, destacou Mascarenhas, que preside a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB).

O modelo de privatização em análise no governo prevê a criação de Sociedades de Propósito Específico (SPE), nas quais a Infraero terá participação minoritária. Em uma segunda etapa, a privatização deverá abranger os aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Belo Horizonte, informou o presidente da Infraero.

Fonte: CNI

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 15/6/2011

<http://www.gestaosindical.com.br/nacional/materia.asp?idmateria=3661>

Desemprego na América Latina e no Caribe cai a níveis históricos ainda este ano

20/06/2011- Correio do Brasil

A vigorosa recuperação econômica da América Latina e do Caribe, em 2010, permitiu que a região registrasse significativa queda na taxa de desemprego urbano para 7,3% no final do primeiro trimestre deste ano. Foi o nível mais baixo dos últimos 20 anos, de acordo com publicação conjunta da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), divulgada nesta quinta-feira.

A OIT e a Cepal concluíram que as políticas anticíclicas adotadas por alguns países para enfrentar a crise financeira internacional de 2008/2009 contribuíram para a redução da vulnerabilidade econômica e possibilitaram a reativação econômica mais rápida. Neste ano, porém, a recuperação ocorre em menor ritmo, mas ainda é de crescimento, o que permite prever uma taxa de desemprego urbano entre 6,7% e 7% no final de 2011.

A Conjuntura do Trabalho na América Latina e no Caribe enfatiza que depois da retração vivida pelos países da região, em 2009, a recuperação econômica no ano passado foi “inesperadamente vigorosa”, com reflexos positivos na oferta de empregos e no aumento da renda. A publicação destaca que o emprego formal cresceu ao redor de 6% no Brasil, Uruguai, Chile e na Nicarágua e em um nível entre 3% e 5% na Costa Rica, no México, Panamá e Peru.

Apesar da melhora, a OIT e a Cepal registram que ainda há 16,1 milhões de desempregados urbanos na América Latina e no Caribe. Situação que poderá ser amenizada com a implementação de medidas anticíclicas de longo prazo, “claramente delineadas para o crescimento sustentável da região como um todo”, de modo que os países latinos e caribenhos possam crescer bem mais que os 4% estimados para o Produto Interno Bruto (PIB) regional deste ano.

Fonte: Correio do Brasil

Autor: Por Redação, com agências internacionais - de Brasília

Data: 16/6/2011

<http://www.gestaosindical.com.br/internacional/materia.asp?idmateria=3664>

Metas do governo para ensino profissional são tímidas, avalia deputado

20/06/2011- Agência Câmara

O deputado Artur Bruno (PT-CE) classificou como tímidas as metas do governo para o ensino profissional previstas na proposta que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE – PL 8035/10). O projeto prevê, até 2020, a duplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, além da oferta de pelo menos 25% das vagas da educação de jovens e adultos de forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no nível médio.

Artur Bruno afirmou que estuda, em conjunto com o relator da proposta, Angelo Vanhoni (PT-PR), uma nova meta para o setor. Ele adiantou, contudo, que deverá propor no mínimo a triplicação do número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio nesta década. “O Brasil sofre hoje um apagão de mão de obra qualificada. O País já começa a importar trabalhadores porque não investimos no momento certo nesses profissionais. E temos agora a possibilidade de fazê-lo. Por isso, agora precisamos investir bem mais na educação profissional que em outras modalidades de ensino”, argumentou.

A declaração foi feita nesta terça-feira, durante reunião sobre o tema promovida pela comissão especial destinada a analisar a proposta de PNE, com metas do setor para os próximos dez anos. Este foi o 13º encontro do grupo, que vem promovendo debates sobre aspectos diferentes da proposta, como educação especial e financiamento das políticas de educação. Nesta quarta-feira, o ministro da Educação, Fernando Haddad, irá se encontrar com o colegiado para debater a proposta do governo.

Universalização

A professora da Universidade Federal do Paraná Acácia Zeneida Kuerzer, que participou do debate, também pediu ampliação das metas do governo. Ela destacou outro objetivo da proposta – a universalização, até 2016, do atendimento escolar para os adolescentes de 15 a 17 anos.

Segundo a especialista, não deveria haver limites etários para a meta de atendimento. Ela lembrou que metade das pessoas que hoje frequentam o ensino médio no País têm 18 anos ou mais. “A proposta do governo não condiz com a nossa realidade”, disse.

Para Acácia, a oferta de ensino médio profissionalizante é um direito geral e a garantia de vagas para todos os interessados deve ser uma meta do governo para as próximas décadas. “Devemos chegar à universalização do ensino profissional, nem que leve 30 ou 40 anos. O importante é garantir esse direito a todos os brasileiros e brasileiras que queiram”.

Além do PNE, tramita na Câmara outra proposta do governo que garante investimentos de pelo menos R\$ 1 bilhão em educação profissional (PL 1209/11). O projeto, que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), prevê oferta de bolsas para estudantes, garantia de financiamento na rede privada de ensino e expansão das vagas em escolas públicas.

A medida é vista com simpatia por Acácia Kuerzer, mas, segundo ela, é necessário um esforço grande do governo para acabar com a defasagem do País na oferta de ensino profissional com qualidade. "Tudo que se faça no Brasil em termos de expansão do ensino médio integrado com o profissional é sempre pouco, dado o tamanho da necessidade que temos", afirmou.

Fonte: Agência Câmara

Autor: Redação

Data: 16/6/2011

<http://www.gestaosindical.com.br/educacao/materia.asp?idmateria=3666>

Bosch se reúne com metalúrgicos grevistas nesta tarde

20/06/2011- O Estado do Paraná

Sem uma nova proposta patronal para o valor a ser pago de participação nos lucros e resultados (PLR), os metalúrgicos da Bosch em Curitiba decidiram continuar em greve, após assembleia realizada na manhã desta segunda-feira (20). A paralisação teve início na última sexta-feira (17).

Para tentar chegar a um acordo, a empresa se reúne na tarde desta segunda com representantes do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba. "Queremos uma proposta que valorize o trabalho dos metalúrgicos. Esperamos que a Bosch tenha bom senso na reunião de hoje para que amanhã possamos apresentar uma PLR com um valor a altura do que os trabalhadores esperam", diz o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, Sérgio Butka.

A última proposta apresentada pela empresa, rejeitada no final da semana passada, previa uma PLR com valor total de R\$ 4,8 mil para 100% das metas, com uma antecipação de R\$ 4,2 mil, valor a ser pago ainda neste mês.

Os metalúrgicos consideram o valor oferecido baixo, comparado com o que trabalhadores de outras montadoras da região, de porte semelhante ao da Bosch, vão receber. Assim, a reivindicação dos trabalhadores é de uma

PLR de, no mínimo, R\$ 9 mil para 100% das metas atingidas.

Localizada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), a fábrica da Bosch produz bombas injetoras para sistemas a diesel

Mercado prevê inflação menor em 2011 e maior em 2012

20/06/2011- O Estado do Paraná

O mercado financeiro reduziu levemente a projeção para a inflação em 2011, segundo o boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira (20) pelo Banco Central (BC). De acordo com a pesquisa, a expectativa para a inflação oficial neste ano recuou de 6,19% para 6,18%, em um patamar ainda distante do centro da meta de inflação, que é de 4,50%. A meta tem margem de tolerância de dois pontos percentuais para cima ou para baixo.

No entanto, os analistas elevaram a projeção para a inflação em 2012, de 5,13% para 5,18%. No caso da inflação de curto prazo, o mercado reduziu de 0,08% para 0,05% a previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de junho de 2011. Para a inflação de julho, a taxa prevista passou de 0,18% para 0,15%.

O mercado financeiro manteve a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011, em 3,96%, segundo o boletim Focus. Para o ano que vem, a projeção para o crescimento da economia permaneceu em 4,10%. A estimativa para o crescimento da produção industrial em 2011 passou de 3,46% para 3,44%. Para 2012, a projeção para a expansão da indústria seguiu em 4,50%.

Juros e dólar

De acordo com a pesquisa Focus, os analistas também mantiveram a previsão para a Selic (a taxa básica de juros da economia) para o fim de 2011, em 12,50% ao ano. Atualmente, a taxa está em 12,25% ao ano. A projeção para a Selic no fim de 2012 seguiu em 12,25% ao ano.

Para o mercado de câmbio, os analistas preveem que o dólar encerre 2011 em R\$ 1,60, mesmo patamar estimado na semana anterior. A projeção do câmbio médio no decorrer de 2011 seguiu em R\$ 1,61. Para o fim de 2012, a previsão para o câmbio permaneceu em R\$ 1,70.

Contas externas

O mercado financeiro manteve a previsão para o déficit nas contas externas em 2011. A previsão para o déficit em conta corrente neste ano está em US\$ 60,00 bilhões. Para 2012, o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos seguiu em US\$ 70,00 bilhões.

Já a previsão de superávit comercial em 2011 seguiu em US\$ 20,00 bilhões. Para 2012, a estimativa para o saldo da balança comercial passou de US\$ 10,10 bilhões para US\$ 10,08 bilhões. Analistas elevaram a estimativa de ingresso de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em 2011, de US\$ 50,00 bilhões para US\$ 51,30 bilhões. Para 2012, a previsão avançou de US\$ 45,00 bilhões para US\$ 46,00 bilhões.

FGV: 36% das indústrias investem para elevar produção

20/06/2011- O Estado do Paraná

A expansão da capacidade produtiva é o principal motivo para a realização de investimentos produtivos em 2011, segundo 36% das empresas de transformação ouvidas na Sondagem de Investimentos da Indústria da Transformação. O levantamento, divulgado nesta segunda (20) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), é um recorte especial da Sondagem Conjuntural da Indústria da Transformação, que consultou 812 empresas entre os meses de abril e maio.

De acordo com a FGV, nos anos em que há intenção de ampliar a capacidade produtiva, as taxas de investimento da indústria costumam ser relativamente maiores. Desde 1998, a expansão de capacidade foi o objetivo mais citado para os investimentos em apenas quatro edições: 2007, 2008, 2010 e 2011. Em 2010, a proporção de empresas prevendo investir prioritariamente na expansão de capacidade havia sido de 40%.

O segundo motivo mais citado para a realização de investimentos produtivos em 2011 foi o aumento da eficiência produtiva, apontado por 33% das empresas, ante os 28% registrados em 2010. Já a indicação de substituição de máquinas e/ou equipamentos foi citada por 15% das indústrias, ante 18% em 2010. A proporção de indústrias de transformação que declara estar sem programa de investimento foi de 16% em 2011, ante 14% em 2010.

O percentual de empresas que apontaram alguma dificuldade para realizar investimentos em capital fixo manteve-se idêntico ao do ano passado, em 33% do montante total. O principal fator inibidor de investimentos foi a carga tributária elevada, apontada por 42% das empresas, um aumento de 16 pontos percentuais em relação ao resultado de 2010.

A limitação de recursos próprios foi citada por 34% das empresas como a razão inibidora de investimentos, número inferior aos 42% registrados em 2010. Para 33% das indústrias entrevistadas, o custo de financiamento foi o principal fator para não investirem. Já a limitação de crédito foi indicada por 24% das empresas como inibidora de investimentos, uma diminuição de 2 pontos percentuais em relação ao ano passado, enquanto o item incertezas acerca da demanda foi citado por 19% dos entrevistados.

Worldsteel: produção global de aço sobe 4,2% em maio

20/06/2011- O Estado do Paraná

A produção mundial de aço bruto subiu 4,2% em maio, para 130 milhões de toneladas, em comparação com 124,6 milhões de toneladas no mesmo mês do ano passado, informou hoje a Associação Mundial de Aço (Worldsteel). No Brasil, a produção de aço bruto cresceu 14,7% em maio na comparação anual, para 3,3 milhões de toneladas. O aumento global foi impulsionado pelo forte crescimento da produção em muitas regiões, particularmente na China. O país asiático, que é o maior produtor de aço do mundo, produziu 60,2 milhões de toneladas em maio, uma alta de 7,8% ante o mesmo mês de 2010. Também houve crescimento na produção em outras regiões importantes da Ásia, da América do Norte, da América do Sul e da Comunidade dos Estados Independentes. Essas altas contrabalançaram a queda de 1,3% registrada na União Europeia. Os números são calculados com base em relatórios de 64 países enviados à Worldsteel - uma associação que representa cerca de 85% do aço mundial. O grupo afirmou que a taxa de utilização da capacidade dos 64 países foi de 81,7% em maio, 0,6 ponto percentual menor que em abril deste ano e que em maio de 2010. As informações são da Dow Jones.